

BRDESCO GESTÃO DE SAÚDE S.A.

CNPJ Nº 41.774.199/0001-92

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais da Bradesco Gestão de Saúde S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme o padrão contábil adotado no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que incluem as Notas Explicativas, e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações

A Bradesco Gestão de Saúde S.A., sociedade anônima de capital fechado tem sede na Avenida Alphaville, 779, Barueri – SP, tem por objeto social participação em outras sociedades como cotista ou acionista.

A Sociedade é administrada por um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, e por uma diretoria. O resultado acumulado do exercício de 2023 foi de R\$ 1,085 bilhão (R\$ 817 milhões em 2022) e o patrimônio líquido somou R\$ 13.441 bilhões em dezembro de 2023 (R\$ 12,071 bilhões em dezembro de 2022).

Investimentos

As aplicações financeiras e os investimentos alcançaram, ao final do período, o montante de R\$ 13.376 bilhões (R\$ 11,906 bilhões em dezembro de 2022).

Os Ativos Financeiros estão classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”, conforme normas contábeis em vigor.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do Capital Social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradesco Gestão de Saúde do mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções legais e distribuições previstas no próprio estatuto.

Evento Societário

Em 27 de dezembro de 2023 ocorreu a antecipação de dividendos no montante de R\$ 146 milhões.

Maiores detalhes constam na Nota Explicativa nº 10b às Demonstrações Contábeis Individuais.

Gestão de Riscos

A Bradesco Gestão de Saúde adota as melhores práticas de Gestão de Riscos, regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que a Companhia está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Controles Internos

A atribuição de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, sejam de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro, sustentável e controlado satisfatoriamente.

Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e as principais *frameworks* internacionais de controles, tais como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e o COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*).

Compliance

A estrutura de *Compliance* visa a aderência às legislações e regulamentações aplicáveis ao negócio, produtos e serviços. Dentre suas responsabilidades estão: a identificação e avaliação dos riscos regulatórios; o monitoramento e suporte contínuo às atividades destinadas à garantia da conformidade; e o apoio ao aculturação e conscientização dos temas de *compliance*. As tomadas de decisão e o resguardo aos padrões de conduta e as responsabilidades corporativas são atendidas, conforme as governanças estabelecidas.

Prevenção a Fraude

A Bradesco Gestão de Saúde mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater as fraudes, disponibilizando canais de denúncia a todos os públicos de interesse, para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, resguardando total sigilo.

Privacidade e Segurança da Informação

Diante da evolução, ampliação e velocidade das soluções digitais, adotamos um arcabouço de normas, processos, procedimentos e controles com o objetivo de conduzir o adequado gerenciamento e diligência à privacidade, segurança da informação e cibernética, sempre direcionados pelos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e definições emanadas pelos Órgãos Reguladores sobre Segurança da Informação e Cibernética.

Sendo assim, a Bradesco Gestão de Saúde e suas controladas aprimoram continuamente sua governança, com a adoção de medidas (preventivas e/ou tempestivas), mantendo o foco no compromisso organizacional com a disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade dos *stakeholders* e dos ativos de informação, sempre apoiadas nos direcionamentos do encarregado de Proteção de Dados ou *Data Protection Officer* (DPO), durante todo o ciclo de tratamento de dados, concentrando esforços na conformidade aos dispositivos legais aplicáveis para melhoria da qualidade, transparência, proteção aos dados, capacitações obrigatórias e ações de conscientização e aculturação. Para tanto, aplicamos as boas práticas de segurança, para proteção, identificação, detecção, respostas a ameaças e recuperação de cenários de negócio, bem como a revisão de normas internas, processos, documentos firmados com terceiros e sistemas de informação e controles e o atendimento as solicitações de titulares de dados pessoais em geral, dentre outras atribuições.

Os trabalhos referentes à Gestão de Riscos, Controles Internos, *Compliance*, Prevenção a Fraude e Privacidade e Segurança da Informação são realizados pela Bradesco Seguros (*Holding*).

Barueri, 28 de março de 2024

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022					
<i>(Em milhares de reais)</i>					
ATIVO	Notas	2023	2022	PASSIVO	Notas
CIRCULANTE		609.571	199.030	CIRCULANTE	
Disponível		10	10		
Bancos		10	10	Contas a pagar	
Aplicações	4	532.940	27.355	Obrigações a pagar	8
Títulos e créditos a receber		76.621	171.665	Impostos e contribuições	9
Títulos e créditos a receber	5	75.843	165.270	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
Créditos tributários e previdenciários	6.a	778	6.395	Capital social	
NÃO CIRCULANTE		12.843.012	11.878.919	Reservas de lucros	
Realizável a longo prazo		21	21	Ajuste de avaliação patrimonial	
Títulos e créditos a receber		21	21	Reserva de capital	
Créditos tributários e previdenciários	6.a	21	21	Ações em tesouraria	
Investimentos		12.842.991	11.878.898	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Participações societárias	7	12.842.991	11.878.898		
TOTAL DO ATIVO		13.452.583	12.077.949		

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil individual.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022									
<i>(Em milhares de reais)</i>									
	Capital Social	Reserva de capital		Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total	
		Mudança de participação em controlada	Outras reservas	Reserva legal	Reserva estatutária				
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2022	12.352.471	(297.661)	(29.332)	29.655	557.809	(925.781)	(82.629)	-	11.604.532
Aumento de Capital conforme AGE 21.11.2022	320.000	-	-	-	-	-	-	-	320.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	-	-	(19)	-	-	(19)
Ajustes com títulos e valores mobiliários - reflexa	-	-	-	-	-	(429.533)	-	-	(429.533)
Outorga de ações reconhecida em Controlada	-	-	2.506	-	-	-	-	-	2.506
Ações em tesouraria reconhecida em Controlada	-	-	-	-	-	-	(78.264)	-	(78.264)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	816.619	-	816.619
Dividendos pagos conforme ata de 29.12.2022 (R\$ 13,47 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(165.000)	-	(165.000)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	40.831	610.788	-	(651.619)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	12.672.471	(297.661)	(26.826)	70.486	1.168.597	(1.355.333)	(160.893)	-	12.070.841
Ajustes com títulos e valores mobiliários - reflexa	-	-	-	-	987.055	-	-	-	987.055
Cancelamento de ações em tesouraria - Controlada	-	-	(10.726)	-	(66.945)	77.671	-	-	-
Outorga de ações reconhecida em Controlada	-	-	36.257	-	(19.984)	-	-	-	16.273
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	385	-	-	-	385
Efeitos do CPC 50 em controladas	-	-	-	-	-	-	(853.864)	-	(853.864)
Efeitos da taxa de juros reconhecido em controladas	-	-	-	-	292.255	-	-	-	292.255
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.085.150	-	1.085.150
Dividendos pagos conforme ata de 27.12.2023 (R\$ 11,92 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(146.000)	-	-	-	(146.000)
Dividendos propostos (R\$ 0,91 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(11.188)	-	(11.188)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	58.887	161.211	-	(220.098)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	12.672.471	(297.661)	(1.295)	129.373	1.183.808	(162.567)	(83.222)	-	13.440.907

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil individual.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional

A Bradesco Gestão de Saúde S.A. é uma Companhia por ações de capital fechado regida por Estatuto Social e disposições legais que lhes foram aplicadas e pode, para consecução de seus fins e por critério da Diretoria, instalar ou suprir sucursais, filiais, escritórios e dependências de qualquer natureza no País e no Exterior. Foi constituída em 11 de fevereiro de 2021 e, constituída com objeto exclusivo da Companhia a participação no Capital Social de outras Sociedades como cotista ou acionista. O endereço registrado da sede da Companhia é na Av. Alphaville, 779, 17º andar, Sala 1.701 parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP. A Companhia é controlada direta da Bradesg Participações S.A. e, em última instância, do Banco Bradesco.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração e pelo Conselho de Administração da Bradesg Participações S.A. em 28 de março de 2024.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas no período apresentado nas demonstrações contábeis individuais.

a. Declaração de conformidade e base de preparação

As presentes demonstrações contábeis individuais foram preparadas em conformidade com o padrão contábil adotado no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas em CPC ou IFRS. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação e moeda funcional

As demonstrações contábeis individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A nota explicativa 4 – Aplicações, inclui informações sobre julgamento referente a política contábil adotada.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de apresentar no não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

e. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC's 48 e 46, mensurando os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica os ativos financeiros em duas categorias, sendo: mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

i. Modelo de Negócio

Configura a maneira pela qual a Companhia administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês *Solely Payment of Principal and Interest*). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

ii. Teste de Pagamento de Principal e Juros - SPPI

O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadram no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

iii. Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

iv. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício.

v. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos a receber” que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

vi. Ativos financeiros mensurados a valor justo por outros resultados abrangentes

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em “Outros resultados abrangentes”, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado do exercício.

vii. Determinação do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado da seguinte forma: **Quotas em fundos de investimentos**

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Títulos privados - Letras Financeiras

A metodologia de marcação a mercado para Letras Financeiras leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O *spread* de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contatos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (BB3). O *spread* de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera o cálculo do *spread* por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

viii. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

A Companhia avalia as perdas esperadas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais).

Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada da seguinte forma:

Ativos financeiros: é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a Companhia espera reaver, descontados pela taxa efetiva de juros da operação. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

As perdas de crédito esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e

- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas esperadas para a vida inteira é aplicada quando um ativo financeiro, na data de relatório, tiver aumento significativo de risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses é aplicada quando o risco de crédito não tiver aumento significativo desde o seu reconhecimento inicial. A Companhia pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente quando o ativo tiver baixo risco de crédito na data do relatório.

Com relação aos Títulos Públicos, a Companhia desenvolveu internamente um estudo para avaliação do risco de crédito desses títulos, que demonstra que a perda esperada é igual a zero para os próximos 12 meses, isto é, não há necessidade de provisão para perdas de crédito.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

Após o reconhecimento da perda de crédito esperada, a receita financeira é reconhecida utilizando a taxa de juros efetiva, que foi utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, sobre o valor contábil bruto da provisão, exceto para ativos com problema de recuperação de crédito, nos quais, a taxa mencionada é aplicada ao valor contábil líquido de provisão.

A totalidade ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado do exercício.

f. Investimentos

As participações acionárias em coligadas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, acrescidas de ágio gerado nas aquisições, e, para as Companhias controladas do segmento saúde, contempla os efeitos do normativo CPC 50 – Contratos de seguros que teve início a partir de 1º de janeiro de 2023.

Os efeitos já estão reconhecidos no resultado o detalhamento dos investimentos, bem como o resultado de equivalência patrimonial estão apresentados na nota explicativa 7 – Participações Societárias.

g. Ágios sobre investidas

O ágio ou deságio são originados no processo de aquisição de investidas.

O ágio representa o excesso de custo da aquisição em razão da participação no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis na empresa adquirida na

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

<i>(Em milhares de reais)</i>			
	Nota	2023	2022
Receitas operacionais - equivalência Patrimonial	7	1.084.059	797.770
Resultado Bruto		1.084.059	797.770
Despesas administrativas	12.a	(165)	(247)
Despesas tributárias	12.b	(167)	(1.476)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		1.083.727	796.047
- Receitas financeiras		3.579	29.895
- Despesas financeiras		(1.639)	(468)
Resultado financeiro	12.c	1.940	29.427
Resultado patrimonial		1.085.667	826.293
Resultado antes dos impostos		1.085.667	826.293
Imposto de renda	12.d		

BRDESCO GESTÃO DE SAÚDE S.A.

CNPJ Nº 41.774.199/0001-92

riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado a Companhia.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

b. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação.

Exposição ao risco de crédito

O quadro a seguir apresenta as exposições da Companhia:

	2023		2022	
	Sem AAA (*) rating	Total	Sem AAA (*) rating	Total
Valor justo por meio do resultado				
Título de renda fixa privado	526.225	6.715	532.940	24.664
Título de renda fixa público	315.127	-	315.127	-
Total	526.225	6.715	532.940	24.664

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação.

Exposição ao risco de liquidez

O quadro a seguir apresenta as exposições da Companhia:

	fluxo de ativos	fluxo de passivos
Fluxo de 1 a 3 meses	90.605	11.676
Fluxo de 4 a 12 meses	518.188	-
Total	608.793	11.676

d. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

A Companhia avaliou a composição dos seus instrumentos financeiros e tendo em vista que possui exposição em ativos de renda fixa pós fixados (LFT e Letras Financeiras de emissão privada) e operações compromissadas, em carteira ou fundo, consideradas de baixo risco, concluiu que o risco de mercado oriundo destes instrumentos não é representativo.

e. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

O gerenciamento do risco operacional é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação.

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2023	%	2022	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	532.940	100%	27.355	100%
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	532.940	100%	27.355	100%
Total	532.940	100%	27.355	100%

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos.

	2023		2022	
	Valor contábil/Valor justo	Valor do investimento atualizado	Valor contábil/Valor justo	Valor do investimento atualizado
Títulos a valor justo por meio do resultado	532.940	530.593	27.355	27.344
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-
Letras financeiras de emissores privados	-	-	-	-
Letras do tesouro nacional - Op. Compromissadas	8.037	8.037	8.037	8.037
Cotas de fundos de investimento	6.715	6.715	6.715	6.715
Total	14.752	11.218	112.257	394.713

	2023		2022	
	Valor contábil/Valor justo	Valor do investimento atualizado	Valor contábil/Valor justo	Valor do investimento atualizado
Títulos a valor justo por meio do resultado	4.059	27.355	27.355	27.344
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimento	2.691	2.691	2.691	2.691
Notas do tesouro nacional - Op. Compromissada	1.368	1.368	1.368	1.368
Total	4.059	581	1.007	21.708

c. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2023			2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2
Títulos a valor justo por meio do resultado	321.842	8.037	203.061	532.940	25.987	1.368
Letras financeiras do Tesouro	315.127	-	-	315.127	23.296	-
Letras financeiras de emissores privados	-	-	203.061	203.061	-	-
Letra do tesouro nacional - Op. Compromissadas	-	8.037	-	8.037	-	-
Cotas de fundos de investimentos	6.715	-	-	6.715	2.691	-
Notas do tesouro nacional - Op. Compromissadas	-	-	-	-	-	1.368
Total	321.842	8.037	203.061	532.940	25.987	1.368

d. Movimentação das aplicações financeiras

	2023		2022	
	Títulos a valor justo por meio do resultado	Títulos a valor justo por meio de outros resultados dos abrangentes	Títulos a valor justo por meio do resultado	Títulos a valor justo por meio de outros resultados dos abrangentes
Saldo em 1º janeiro	27.355	285.105	21.256	306.361
(+) Aplicações	511.068	31.032	-	-
(-) Resgates	(7.476)	(315.938)	(23.567)	(339.505)
(+) Rendimentos	1.993	27.156	2.339	29.495
(+) Ajuste a valor justo	-	-	(28)	(28)
Saldo em 31 de dezembro	532.940	27.355	-	27.355

e. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro, o desempenho global dos fundos de investimentos, atingiu 47,43% (89,72% em dezembro de 2022) no acumulado do período, em relação ao referido benchmark.

5. Títulos e créditos a receber

Basicamente refere-se a dividendos a receber no montante de R\$ 75.843 (R\$ 165.270 em dezembro de 2022). Maiores detalhes constam na Nota Explicativa nº 11.

6. Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários

	2023			2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos a compensar	512	-	6.355	-	-	6.355
Fiscais	266	-	266	40	-	40
Creditos e tributos diferidos (b-i)	-	21	21	-	21	21
Total	778	21	799	6.395	21	6.416

7. Participações Societárias: As participações societárias estão assim apresentadas:

	Atlântica Hospitais e Participações S.A. (i)(ii)		Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A. (ii)		Bradesco Saúde Operadora de Planos S.A. (ii)		Bradesco Saúde S.A.		Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (i)		Total
	CBGS	Clinicas Ltda. (i)	CBGS	Clinicas Ltda. (i)	CBGS	Clinicas Ltda. (i)	CBGS	Clinicas Ltda. (i)	CBGS	Clinicas Ltda. (i)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023											
Capital social	412.835	-	2.237.628	-	566.755	-	5.118.500	-	283.661	-	-
Quantidade de ações/cotas possuídas:											
- ON	-	3.334.158.294	-	2.193.503.887	-	792.437.859	-	20.870.945	-	160.134.935	-
Percentual de participação na data base	100,00%	-	100,00%	-	100,00%	-	100,00%	-	100,00%	-	0,00%
Total de ativos	337.866	-	2.670.562	-	1.249.221	-	27.164.938	-	377.651	-	-
Total de passivos líquidos de provisões judiciais	5.279	-	23.793	-	561.802	-	17.552.112	-	57.413	-	-
Provisões judiciais	-	-	-	-	4.979	-	782.875	-	271	-	-
Patrimônio líquido	332.587	-	2.646.769	-	682.440	-	8.859.951	-	319.967	-	-
Total das receitas	915	-	360.296	-	177.521	-	35.416.306	-	319.061	-	-
Prejuízo/lucro líquido do período	(46.441)	-	298.969	-	78.552	-	748.686	-	1.924	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.395	1.853.134	336.372	8.244.631	312.612	555.827	11.303.971	450.000	-	-	-
Redução/aumento de capital (ii)	(145.000)	-	445.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de investimento (i)	552.834	-	-	-	-	-	(552.834)	-	-	-	-
Ações tesouraria reconhecidas em coligadas	-	-	-	-	(78.264)	-	-	-	(78.264)	-	-
Outorga de ações reconhecida em controlada	-	1.703	-	803	-	-	-	-	2.506	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(30.210)	82.806	-	50.569	690.539	7.059	(2.993)	797.770	-	-	-
Dividendos	-	(787)	-	(481)	(164.003)	(3.100)	-	(168.371)	-	-	-
Ágio	-	-	-	-	-	-	819	-	819	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	128	-	1.765	(433.689)	2.263	-	(429.533)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	379.147	2.381.856	538.225	8.260.017	319.653	555.827	11.878.898	106.755	-	-	-
Aumento de capital (ii)	-	-	-	106.755	-	-	-	-	-	-	-
Outorga/recompra de ações reflexa	-	15.785	-	488	-	-	-	16.273	-	-	-
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	385	-	-	-	385	-	-	-
Efeitos do CPC 50 em controladas	-	-	-	(853.864)	-	-	-	(853.864)	-	-	-
Efeitos da taxa de juros reconhecido em controladas	-	-	-	292.255	-	-	-	292.255	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(46.441)	298.968	-	78.552	751.056	1.924	-	1.084.059	-	-	-
Dividendos	-	(49.840)	-	(39.762)	(576.559)	(2.664)	-	(668.825)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(119)	-	(1.330)	986.173	2.331	-	987.055	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	332.587	2.646.769	682.440	8.859.951	321.244	555.827	12.842.991	106.755	-	-	-

(i) Em 25 de fevereiro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado o aumento de capital, por meio da transferência do investimento da Novamed Gestão de Clínicas Ltda. que a Bradesco Gestão Saúde S.A. detinha para a Cia. controlada Atlântica Hospitais e Participações S.A.. A operação resultou no montante de R\$ 552.834 pelo valor contábil do Patrimônio líquido.

(ii) Durante os exercícios de 2022 e 2023, a Bradesco Gestão de Saúde promoveu redução/aumento de capital em suas investidas.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas da Bradesco Gestão de Saúde S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Bradesco Gestão de Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Gestão de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar e executar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis